

## **APÊNDICE 08**

### **DIRETRIZES DA TRANSIÇÃO OPERACIONAL**

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [·] PARA A CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA AQUAVIÁRIO DE TRANSPORTE DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS DENOMINADO SISTEMA DE TRAVESSIAS.

## ÍNDICE

1. GLOSSÁRIO .....	3
2. Objetivo.....	3
3. FASE DE TRANSIÇÃO.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
4. ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA.....	7
5. PRINCIPAIS ATIVIDADES DA TRANSIÇÃO OPERACIONAL.....	15
6. Treinamentos.....	19
7. Equipamentos .....	22

## **1. Glossário**

1.1. Para os fins deste ANEXO, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados neste ANEXO e redigidos em caixa alta, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com o significado determinado no ANEXO 17.

## **2. Objetivo**

2.1. O objetivo do presente ANEXO é estabelecer o processo e as responsabilidades para da operação e da manutenção dos SERVIÇOS DELEGADOS para a CONCESSIONÁRIA durante a FASE DE TRANSIÇÃO e a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, correspondente aos três primeiros meses da FASE DE OPERAÇÃO.

2.2. A transição ocorrerá durante o período total de 06 (seis) meses, período que corresponde aos 03 (três) meses de FASE DE TRANSIÇÃO e aos 03 (três) meses iniciais da FASE DE OPERAÇÃO, correspondente à ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA.

## **3. Fase de Transição**

3.1. Com a assinatura do CONTRATO, terá início a FASE DE TRANSIÇÃO, período preparatório com duração de 3 (três) meses, no qual a CONCESSIONÁRIA capacita-se para a operação dos SERVIÇOS.

3.2. A FASE DE TRANSIÇÃO busca assegurar o início de uma transição eficaz das operações das TRAVESSIAS, tendo como objetivos gerais:

- i. Transferência sem interrupção das operações de acordo com um cronograma de implementação; e
- ii. Garantia das condições de segurança operacional e de segurança contra atos de interferência ilícita.

3.3. A Concessionária deverá indicar, em até 10 (dez) dias a contar da data de assinatura do CONTRATO o/a:

- i. responsável geral pela Gestão do CONTRATO,
- ii. responsável pelos assuntos de segurança e contra atos de interferência ilícita; e
- iii. responsável pela manutenção da frota de embarcações, com seus respectivos contatos.

3.4. Durante a FASE DE TRANSIÇÃO, a CONCESSIONÁRIA terá as seguintes obrigações:

- i. Em até 10 (dez) dias:
  - a. Instalar-se em local específico designado pelo DH, incluindo no CCO do Guarujá, para que tenha totais condições de acompanhar a gestão administrativa e procedimentos de operação e manutenção do DH;

Estar presente nos complexos de manutenção para acompanhar revisões e manutenções das embarcações e componentes associados;

- ii. Em até 3 (três) meses:
  - a. Propor e implementar em comum acordo com o ARTESP e o VERIFICADOR INDEPENDENTE, os sistemas de monitoramento da operação e manutenção, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pela capacitação dos seus colaboradores.
  - b. Garantir, em conjunto com a ARTESP, que o VERIFICADOR INDEPENDENTE apresente o MANUAL DE MEDIÇÃO em até 30 (trinta) dias da ASSINATURA DO CONTRATO
  - c. Avaliar os contratos vigentes do DH, cabendo a própria CONCESSIONÁRIA definir a estratégia de prestação desses serviços e eventual assunção desses contratos;

- d. Transferir para sua responsabilidade as contas relacionadas ao consumo de energia, água/esgoto da SABESP e telefone, atualmente perante as empresas fornecedoras, e, se for o caso, com a operadora de celulares.
- e. Realizar a transição da manutenção, conforme item 5.2;
- f. Providenciar equipamentos adequados e infraestrutura de Informática para a equipe administrativa e técnica da própria CONCESSIONÁRIA;
- g. Apresentar Atestado de Brigada de Incêndio e substituir as Brigadas de Incêndios instituídas pelo DH;
- h. Implementar novos sistemas de comunicação, caso sejam estruturados novos sítios eletrônicos e aplicativos, mantendo em operação os sistemas existentes, sem perda de informações aos USUÁRIOS, conforme item 2.2.5 do Anexo 3;
- i. Implantar e manter em plena operação uma Ouvidoria e Canais de Relacionamento com os USUÁRIOS, na forma do item 2.2.7 do Anexo 3;
- j. Realizar os treinamentos referentes às práticas operacionais, de manutenção e de sistemas dentro dos prazos estabelecidos.

3.5. O DH terá as seguintes atribuições durante a FASE DE TRANSIÇÃO:

- i. Continuar realizando a operação e manutenção dos SERVIÇOS de forma ininterrupta, honrando todos os custos e despesas operacionais e auferindo as receitas tarifárias e acessórias, a fim de manter o nível de serviço prestado;
- ii. Destinar local específico e adequado para que a CONCESSIONÁRIA possa supervisionar a operação e manutenção dos SERVIÇOS, inclusive

destinando à CONCESSIONÁRIA espaço adequado no CCO, cuja operação começa a ser compartilhada;

- iii. Manter os níveis mínimos de desempenho, apresentando plano de ação caso os INDICADORES DE DESEMPENHO não sejam atendidos;
- iv. Fornecer as informações mais precisas e fidedignas para que a CONCESSIONÁRIA tenha totais condições de executar as principais atividades da TRANSIÇÃO OPERACIONAL, listadas no item 5, executar treinamentos, e ter amplo e irrestrito acesso aos equipamentos operacionais;

### 3.6. Do encerramento da FASE DE TRANSIÇÃO:

3.6.1. O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá apresentar relatório com sua avaliação da FASE DE TRANSIÇÃO às PARTES, junto ao INVENTÁRIO proposto, em até 15 (quinze) dias antes do encerramento da FASE DE TRANSIÇÃO.

3.6.2. O ARTESP e a CONCESSIONÁRIA deverão submeter eventuais divergências com relação a avaliação do VERIFICADOR INDEPENDENTE no prazo de até 10 (dez) dias antes do encerramento da FASE DE TRANSIÇÃO.

3.6.3. O VERIFICADOR INDEPENDENTE considerará as divergências apontadas pelas PARTES em até 5 (cinco) dias antes do encerramento da FASE DE TRANSIÇÃO.

3.6.4. Após eventual adequação da avaliação pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, e obtida APROVAÇÃO e não objeção do ARTESP para início da FASE DE OPERAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA será convocada para assinatura do INVENTÁRIO, que valerá como TERMO DE TRANSFERÊNCIA.

3.6.4.1. A CONCESSIONÁRIA poderá submeter eventuais divergências ou discordâncias com relação às decisões da ARTESP aos mecanismos de

solução de controvérsias previstos no CONTRATO, observados os prazos prescricionais e decadenciais.

3.6.5. A FASE DE TRANSIÇÃO será encerrada com a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA.

#### **4. Etapa de Operação Assistida**

4.1. A ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA corresponde a um período de 3 (três) meses da FASE DE OPERAÇÃO, sendo a segunda e última parte da TRANSIÇÃO OPERACIONAL e tem como objetivo assegurar que a CONCESSIONÁRIA:

- i. Possua capacidade para assumir a operação e manutenção de forma definitiva, bem como todas as suas responsabilidades e riscos atreladas a esta atividade;
- ii. Receba a devida transferência de conhecimento do DH e aprimore seus conhecimentos e capacidade de executar as funções objeto do CONTRATO com o devido quadro de profissionais qualificados para tal;
- iii. Possua capacidade técnica e operacional necessárias para a plena operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS.

4.2. Durante a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, a CONCESSIONÁRIA deverá:

- i. Com quadro de profissionais adequado e com a devida qualidade e quantidade, assumir de forma imediata todos os custos e despesas operacionais necessários para manter o nível de serviço conforme definido pelos INDICADORES DE DESEMPENHO para Segunda Etapa de Acompanhamento prevista no ANEXO 8, assim como terá direito à remuneração conforme CONTRATO, assumindo todas as responsabilidades e riscos do objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO;
- ii. Providenciar a obtenção e manter válidas todas as autorizações, certificados e documentos necessários para operação das EMBARCAÇÕES solicitadas

- pela Marinha do Brasil ou qualquer outra autoridade competente para a navegação, conforme item 2.1.4 do Anexo 3;
- iii. Atingir os níveis dos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos para esta ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, conforme Segunda Etapa de Acompanhamento descrita no Anexo 08;
  - iv. Destinar local específico e adequado para que o DH possa supervisionar a operação e manutenção do SERVIÇO, em até 15 (quinze) dias, inclusive destinando espaço para o DH no CCO a ser compartilhado;
  - v. Adquirir maquinário mínimo para manutenção de equipamentos e embarcações;
  - vi. Instituir o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO, conforme item 2.4 do Anexo 3 e Anexo 6;
  - vii. Reembolsar os custos dos funcionários indicados pelo DH relacionados à ETAPA OPERAÇÃO ASSISTIDA antes do término desta fase;
  - viii. Apresentar o primeiro PROGRAMA ANUAL DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO (PSC), conforme item 4.2 do Anexo 3;
  - ix. Apresentar comprovação de contratação de Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora, conforme item 4.2.1 do Anexo 3;
  - x. Operar plenamente o sistema de planejamento e controle de manutenção existentes no COO, bem como o sistema de controle de tráfego (AIS), na forma do item 4.2.1 do Anexo 3;
  - xi. Disponibilizar, via CCO, o acesso ao banco de dados do sistema de telefonia tipo 0800, incluindo todas as informações operacionais e com interligação em tempo real e online à ARTESP, conforme item 2.2.2 do Anexo 3;
  - xii. Implantar e operar definitivamente o Sistema de Transmissão de Dados, conforme item 2.2.3 do Anexo 3;



- xiii. Implantar, complementar e operar o CCO de forma definitiva, conforme item 2.2.4 do Anexo 3;
  - xiv. Implantar o Sistema Informatizado de Gestão da Operação (SIGO), conforme item 2.3.1 do Anexo 3;
  - xv. Ajustar o Sistema de Monitoração de Tráfego por CFTV, conforme item 2.3.2 do Anexo 3;
  - xvi. Apresentar PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL à ARTESP, referente ao ano subsequente, ajustada à demanda prevista, conforme item 2.1.6 do Anexo 3;
  - xvii. Trazer as devidas evidências do cumprimento de todas estas obrigações listadas acima para avaliação do VERIFICADOR INDEPENDENTE;
- 4.3. O DH terá as seguintes atribuições durante a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA:
- i. Assistir a operação e manutenção da CONCESSIONÁRIA, inclusive tendo acesso direto à local específico dentro do CCO da CONCESSIONÁRIA;
  - ii. Promover a transferência de informações, experiências e instruções para que a CONCESSIONÁRIA possa absorver e assimilar todo conhecimento necessário à operação das travessias;
  - iii. Todos os treinamentos de responsabilidade do DH deverão ser efetivados respeitando a carga horária pré-estabelecida. Caso a CONCESSIONÁRIA indique que o nível do treinamento não foi satisfatório, o DH deverá realizar um novo programa de capacitação, até atingir o nível satisfatório indicado pela CONCESSIONÁRIA;
- 4.4. Durante a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, a ARTESP deverá garantir a transição adequada e a convivência com demais entes envolvidos na prestação dos SERVIÇOS.

4.5. Do encerramento da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA:

- 4.5.1. O VERIFICADOR INDEPENDENTE (i) aferirá mensalmente os INDICADORES DE DESEMPENHO da CONCESSIONÁRIA, enviando cópia para a CONCESSIONÁRIA e a ARTESP; e (ii) realizará pesquisa de satisfação indicando o grau de satisfação dos colaboradores da CONCESSIONÁRIA com a capacitação do DH;
- 4.5.2. Independentemente do envio mensal de informações e conforme previsto no CONTRATO, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá consolidar os dados aferidos durante a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA para elaborar relatório consolidando o desempenho da CONCESSIONÁRIA no período.
- 4.5.3. O relatório mencionado no item acima deverá ser objetivo e consolidar as informações do período, incluindo seção específica para avaliar a evolução do desempenho da CONCESSIONÁRIA ao longo dos meses e outra para comparar o desempenho da CONCESSIONÁRIA com os INDICADORES DE DESEMPENHO REFERENCIAIS.
- 4.5.4. A pesquisa de satisfação deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias da entrega da conclusão das capacitações e ser enviada à ARTESP, independentemente de qualquer solicitação.
- 4.5.5. A CONCESSIONÁRIA deverá solicitar a APROVAÇÃO da ARTESP quanto ao cumprimento de todas as obrigações relativas à ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, em até 60 (sessenta) dias da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA.
- 4.5.6. Mediante justificativa técnica formal, após 60 (sessenta) dias do início da FASE DE OPERAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA poderá solicitar a conclusão antecipada da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, comprovando o cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO e a conclusão das obrigações contratuais, especialmente daquelas ações indicadas no item 5.6 deste ANEXO.

### **Reestabelecimento da FASE DE TRANSIÇÃO**

- 4.6. O ARTESP poderá reestabelecer a FASE DE TRANSIÇÃO caso, após o início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, materializem-se, por 2 (dois) meses consecutivos ou alternados, num período de 3 (três) meses, pelo menos 2 (duas) das seguintes hipóteses referentes aos INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos para a fase de TRANSIÇÃO OPERACIONAL no ANEXO 8:
- 4.6.1. ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DE HORÁRIOS PROGRAMADOS – IHP < 0,70
  - 4.6.2. ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DE INTERVALOS PROGRAMADOS – ITP > 0,34
  - 4.6.3. ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DAS VIAGENS PROGRAMADAS – IVP < 0,75
  - 4.6.4. ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DA FROTA – IDF < 0,75
  - 4.6.5. ÍNDICE DE RESPOSTA AOS USUÁRIOS – IRU < 0,75
  - 4.6.6. ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA – IAD < 0,75
- 4.7. O VERIFICADOR INDEPENDENTE, no âmbito de suas atribuições contratuais, deverá realizar a aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO e acompanhar se, a qualquer tempo, a condição descrita no item 4.8 foi atendida.
- 4.7.1. Materializada a condição descrita no item 4.8, a ser substanciada por meio dos relatórios mensais de aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá notificar o ARTESP.
- 4.8. Uma vez atendida a condição de que trata o item 4.8, será facultado à ARTESP emitir a ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO.
- 4.8.1. A ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO acarretará o reestabelecimento da FASE DE TRANSIÇÃO pelo prazo adicional de 90 (noventa) dias ou um prazo diferente, a critério do ARTESP, ficando o DH responsável pela prestação dos SERVIÇOS dentro deste período.

- 4.8.1.1. Na ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO, caberá à ARTESP indicar a extensão da retomada dos SERVIÇOS pelo DH, diante da natureza das falhas identificadas pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, podendo manter parte dos encargos operacionais com a CONCESSIONÁRIA, no que não obstarem a assunção dos SERVIÇOS pelo DH
- 4.8.1.2. A ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO ensejará, enquanto vigente, na perda do direito ao recebimento da PARCELA VARIÁVEL pela CONCESSIONÁRIA, observado o que versa o item 4.10.2.
- 4.8.1.3. Não obstante ao disposto no item 4.8.1.2, a CONCESSIONÁRIA permanece incumbida de gerar as informações necessárias para o cálculo da PARCELA VARIÁVEL, nos termos do ANEXO 14.
- 4.8.1.4. As PARTES cooperarão, de boa-fé, para retomada da prestação dos SERVIÇOS pelo DH, permanecendo a CONCESSIONÁRIA integralmente responsável pela parcela dos encargos operacionais que não forem atribuídas ao DH, conforme disposto no item 4.8.1.1.
- 4.8.2. O reestabelecimento da FASE DE TRANSIÇÃO constituirá EVENTO DE DESEQUILÍBRIO em favor do PODER CONCEDENTE, cujo valor será calculado como a diferença entre:
  - a. o valor da PARCELA VARIÁVEL ao qual a CONCESSIONÁRIA teria direito não fosse a ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO; e
  - b. o valor dos custos incorridos pelo DH no período entre a ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO e a ORDEM DE REESTABELECIMENTO DA OPERAÇÃO.
- 4.8.2.1. O valor de do item “b” acima será calculado utilizando-se a média mensal das despesas nominais do DH com os SERVIÇOS das TRAVESSIAS, aferidas pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, durante o período em que o reestabelecimento da FASE DE TRANSIÇÃO estiver vigente.

- 4.8.2.1.1. O valor de que trata o item 4.8.2.1 será reajustado pelo IPCA/IBGE na mesma periodicidade que os componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos do ANEXO 14.
- 4.8.2.2. O reequilíbrio será efetivado levando-se em conta a totalidade das despesas incorridas pelo DH nos termos do item 4.8.2.1, independentemente da extensão da assunção dos SERVIÇOS pelo DH.
- 4.8.2.3. Caso o cálculo de que trata o item 4.8.2 resulte em valor positivo, considerar-se-á que o desequilíbrio em favor do ARTESP estará devidamente recomposto, havendo quitação integral do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO descrito no referido item.
- 4.8.2.4. Caso o cálculo de que trata o item 4.8.2 resulte em valor negativo, considerar-se-á que há desequilíbrio em favor do PODER CONCEDENTE equivalente ao módulo do referido resultado, a ser recomposto na forma do item 4.8.2.5.
- 4.8.2.5. O EVENTO DE DESEQUILÍBRIO relativo ao reestabelecimento da FASE DE TRANSIÇÃO será reequilibrado mediante desconto na CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, salvo acordo em contrário entre as PARTES.
- 4.8.2.6. O desconto na CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA indicado no item 4.8.2.5 será implementado por meio das NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO subsequentes à emissão da ORDEM DE REESTABELECIMENTO DA OPERAÇÃO.
  - 4.8.2.6.1. Os descontos em cada NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO limitar-se-ão a [•] % (•) do valor calculado para a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA, e deverão ser realizados até que o valor do desequilíbrio seja integralmente quitado, sem qualquer tipo de reajuste.
  - 4.8.2.6.2. A recomposição do equilíbrio em favor do ARTESP de que tratam este item 4.8.2 será implementada sem a necessidade de formalização de TERMO

ADITIVO MODIFICATIVO, salvo se houver acordo diverso, conforme indicado no item 4.8.2.5.

4.8.2.7. Para além do reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, o reestabelecimento da FASE DE TRANSIÇÃO acarretará a imposição da penalidade prevista no ANEXO 11.

4.8.3. Durante o período de reestabelecimento da FASE DE TRANSIÇÃO, os INDICADORES DE DESEMPENHO referentes à parcela dos encargos operacionais não atribuídos à CONCESSIONÁRIA serão calculados na forma prevista no ANEXO 8.

4.9. Até o encerramento do prazo previsto na Cláusula 4.10.1, caberá à CONCESSIONÁRIA comprovar sua aptidão para a operação dos SERVIÇOS.

4.9.1. A capacidade da CONCESSIONÁRIA, ou do OPERADOR SUBCONTRATADO, quando o caso, de reiniciar a FASE DE OPERAÇÃO será objeto de APROVAÇÃO pela ARTESP, cuja avaliação será motivada por notificação da CONCESSIONÁRIA, manifestação técnica apresentada pelo DH e avaliação conduzida pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.

4.9.1.1. Para emissão da APROVAÇÃO de que trata o item acima, caberá à ARTESP atestar o atendimento a todos os requisitos previstos para o término da FASE DE TRANSIÇÃO e início da FASE DE OPERAÇÃO, conforme indicado no item **Error! Reference source not found.** deste APÊNDICE.

4.9.1.2. Após o transcurso do prazo previsto na Cláusula 4.11.1.1, e respeitada a antecedência mínima de 10 (dez) dias necessária para a realização de providências indispensáveis para o início da OPERAÇÃO COMERCIAL, o VERIFICADOR INDEPENDENTE emitirá ORDEM DE REESTABELECIMENTO DA OPERAÇÃO

4.9.2. Caso a ORDEM DE REESTABELECIMENTO DA OPERAÇÃO não seja emitida em até [●] (●) dias do encerramento do prazo previsto na Cláusula 4.10.1, por

culpa da CONCESSIONÁRIA, o ARTESP poderá optar pela rescisão unilateral do CONTRATO.

4.9.3. A CONCESSIONÁRIA deverá ceder ao DH, gratuitamente, os bens integrantes da CONCESSÃO necessários à execução dos encargos operacionais a ela atribuídos, durante o período de reestabelecimento da FASE DE TRANSIÇÃO.

4.9.3.1. Quaisquer passivos ou vícios nos bens integrantes da CONCESSÃO que decorram, comprovadamente, de ato ou omissão do DH ou de seus prepostos durante o período de reestabelecimento da FASE DE TRANSIÇÃO, serão remediados pelo ARTESP, diretamente ou por meio de delegação à CONCESSIONÁRIA, mediante reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

## **5. Principais atividades da TRANSIÇÃO OPERACIONAL**

### **5.1. Assunção de mão de obra provinda de contratos do DH**

5.1.1. A CONCESSIONÁRIA poderá fazer uso de mão-de-obra experiente contratada atualmente pelo DH com o intuito de garantir que a transição operacional ocorra sem interferências na qualidade do serviço e a transferência de conhecimento se dê de forma gradual e compreensível.

5.1.2. Eventual mão-de-obra a ser disponibilizada através dos contratos do DH será relacionada às funções de operação e manutenção, e será definida em comum acordo entre a CONCESSIONÁRIA e o DH durante a FASE DE TRANSIÇÃO.

5.1.3. Condições mínimas de prazo e critérios para eventual utilização de mão de obra provinda de contratos do DH:

5.1.3.1. A CONCESSIONÁRIA receberá um quadro de empregados operacionais e de manutenção definido para o período, cujos custos deverão ser reembolsados ao DH. Os funcionários contratados pelo DH e alocados à CONCESSIONÁRIA irão atuar sob a orientação dos responsáveis designados pela

CONCESSIONÁRIA para cada função, sem qualquer interferência do DH na forma de prestação dos serviços.

5.1.3.2. Não obstante a alocação de funcionários contratados pelo DH à CONCESSIONÁRIA para fins da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, a CONCESSIONÁRIA permanecerá como responsável pela prestação dos SERVIÇOS, na forma indicada no CONTRATO, não sendo, em nenhuma hipótese, desonerada de qualquer obrigação, responsabilidade, ou penalização, pelo fato de eventual descumprimento ou infração contratual decorrente de conduta atribuível ao funcionário alocado à CONCESSIONÁRIA.

5.1.3.3. Na hipótese de conduta inapropriada de funcionário contratado pelo DH que tenha sido alocado à CONCESSIONÁRIA, atuação deficiente ou em desacordo com orientações da CONCESSIONÁRIA, esta poderá, a seu exclusivo critério, solicitar a substituição do funcionário contratado pelo DH por outro que exerça função equivalente, devendo o DH atender à solicitação no prazo, máximo, de 5 (cinco) dias e proceder com as averiguações de conduta adequadas.

5.1.3.4. Durante os primeiros 45 (quarenta e cinco) dias, a CONCESSIONÁRIA poderá manifestar interesse na prorrogação do prazo inicialmente fixado por mais 45 dias, quando está previsto o encerramento da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, indicando eventuais alterações na quantidade ou nas funções exercidas pelos funcionários contratados pelo DH demandados.

5.1.3.5. Qualquer alteração na quantidade ou nas funções exercidas pelos empregados demandados deverá refletir na remuneração da CONCESSIONÁRIA para o DH.

## **5.2. Transição da manutenção**

5.2.1. O ARTESP dará acesso à CONCESSIONÁRIA aos ativos constantes do ANEXO 2: estaleiros, flutuantes, embarcações, todas as instalações físicas, equipamentos,



sobressalentes, equipamentos de manutenção, ferramentas especiais, documentação de projeto e manutenção etc. para avaliação e reconhecimento da CONCESSIONÁRIA e elaboração do inventário pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, o qual constitui condição para a emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA.

5.2.2. A CONCESSIONÁRIA receberá os ativos no estado em que se encontram.

### **5.3. AVCB's**

5.3.1. O AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, consiste em documento que reflete o nível adequado de segurança para os usuários de uma determinada instalação física, emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do estado de São Paulo.

5.3.2. O documento tem como finalidade comprovar que, no momento da vistoria realizada pelos bombeiros, a edificação apresentou todas as condições necessárias para evitar e combater a ocorrência de incêndios, incluindo as rotas de fuga.

5.3.3. O DH possui um único AVCB nº 646979 para as oficinas de São Sebastião, emitido em 30/06/2023, ainda dentro da validade, que a CONCESSIONÁRIA deverá renovar, juntamente com a obtenção dos novos AVCB's das reformas de terminais e oficinas e das instalações dos novos terminais de passageiros.

5.3.4. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar atestado(s) de Brigada de Incêndio, nos termos da Instrução Técnica nº 01/2019 (Procedimentos Administrativos – Anexo "J") e da Instrução Técnica nº 17/2014 (Brigada de Incêndio), ambas do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo; e (ii) substituir a(s) Brigada(s) de Incêndio instituída(s) pelo DH, até o final da FASE DE TRANSIÇÃO.

### **5.4. Processos de recrutamento**

5.4.1. Os processos de recrutamento da CONCESSIONÁRIA deverão ser amplamente divulgados nas mídias e veículos de grande circulação e exposição;

- 5.4.2. Os pré-requisitos de cada seleção devem ser adequados para atendimento dos melhores níveis de serviço, operação e manutenção, exigindo integridade e devida experiência para desempenho das funções.

## **5.5. INDICADORES DE DESEMPENHO**

- 5.5.1. Os quadros de indicadores de desempenho do CONTRATO devem ser atualizados pela ARTESP, com o suporte do VERIFICADOR INDEPENDENTE, na forma do Anexo 08.

## **5.6. Ações prioritárias e de curto prazo**

- 5.6.1. As ações prioritárias deverão ser realizadas pela CONCESSIONÁRIA imediatamente após o encerramento da FASE DE TRANSIÇÃO, visando a disponibilização de melhorias imediatas na operação e manutenção dos SERVIÇOS.

- 5.6.2. As ações prioritárias envolvem a contratação de Estudos e Projetos Executivos relativos ao conjunto de Reformas de Instalações e Novos Terminais de Passageiros, conforme previsto no ANEXO 3 – CADERNO DE ENCARGOS e no APÊNDICE 1A.

- 5.6.2.1. Pelo volume de Estudos e Projetos Executivos a serem contratados, que irão compor o PLANO DE INVESTIMENTOS em estrutura terrestre da CONCESSIONÁRIA, a ser disponibilizado à aprovação do ARTESP ao final deste primeiro ano da CONCESSÃO, este processo de contratação **deve** ser iniciado durante a FASE DE TRANSIÇÃO.

- 5.6.3. Dentre as ações prioritárias destacam-se, ainda, as listadas a seguir:

- 5.6.3.1. **Conexão com Rede Pública de Esgotos (SABESP)** – Solicitar e efetivar a conexão dos seguintes Terminais com as redes de esgoto locais : São Sebastião, Santos Praça da República, Guarujá, Riacho Grande - SBC, Taquacetuba, Bororé 1 – SP, Bororé 2 – SP, Grajaú – SP.

- 5.6.3.2. **Acessibilidade** – Adequações nos Acessos de Passageiros às instalações atuais, em atendimento da ABNT NBR 9050:2015;

- 5.6.3.3. **Substituição de Comunicação Visual** – implantar a Identidade Visual da CONCESSIONÁRIA concomitantemente com o início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, para que os usuários do SISTEMA DE TRAVESSIAS associem a imagem da nova CONCESSIONÁRIA à operação que é de sua responsabilidade.
- 5.6.3.4. **Reparos Pontuais** – valores previstos no CapEx Terrestre, aqui apenas evidenciados como intervenções essencialmente em paredes e vedações, nos pisos e revestimentos de locais críticos, pintura interna/externa, forros, coberturas, reparos de hidráulica e elétrica, em esquadrias e equipamentos diversos.

## **6. Treinamentos**

### **6.1. Treinamento técnico operacional**

- 6.1.1. Esta etapa terá duração de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do início da FASE DE TRANSIÇÃO. Tal prazo poderá ser prorrogado, por acordo entre a CONCESSIONÁRIA, o ARTESP e o DH, de forma a atender os interesses mútuos e ao interesse público, podendo, em casos específicos, conduzir à postergação do início da fase do treinamento de campo, disciplinado no item 6.3;
- 6.1.2. O DH entregará à CONCESSIONÁRIA os manuais de operação disponíveis, bem como aqueles recebidos dos fabricantes, durante esta etapa, no prazo fixado. A transferência deste material poderá ser feita em documentos impressos, em mídia eletrônica ou ambos, conforme disponibilidade;
- 6.1.3. O DH transferirá o conhecimento operacional à CONCESSIONÁRIA através de reuniões técnicas com empregados qualificados indicados pela CONCESSIONÁRIA, que terão a responsabilidade de capacitar os demais empregados da CONCESSIONÁRIA. As modalidades utilizadas na operação são: telecomunicações, eletrônica, elétrica, eletromecânicos, mecânica e automação. O treinamento será ministrado na língua portuguesa;

- 6.1.4. O conhecimento a ser transferido deverá subsidiar os técnicos da CONCESSIONÁRIA quanto à operação dos equipamentos em si. A interação operacional ou a aplicação de estratégias operacionais deverão ser definidas pela CONCESSIONÁRIA;
- 6.1.5. O cronograma de execução desta etapa deverá ser acordado entre as equipes das gerências de operação e de manutenção do DH e da CONCESSIONÁRIA, respeitando os prazos de cada sistema e, quando houver, o sequenciamento obrigatório da execução. Nesse período, serão ministrados subsídios teóricos e subsídios práticos, nos ativos do trecho operacional.
- 6.1.6. A CONCESSIONÁRIA deverá avaliar o treinamento com todos os seus colaboradores participantes concedendo uma nota de satisfação geral. Caso a avaliação não atinja a nota mínima de 70% de satisfação, o ARTESP e o DH deverão realizar o treinamento novamente até que a avaliação atinja a nota mínima.

## **6.2. Treinamento técnico de manutenção**

- 6.2.1. Esta etapa terá duração de 90 (noventa) dias a contar do início da FASE DE TRANSIÇÃO;
- 6.2.2. O DH entregará à CONCESSIONÁRIA manuais de manutenção disponíveis, bem como aqueles recebidos dos fabricantes, durante esta etapa, no prazo fixado. A transferência deste material poderá ser feita em documentos impressos, em mídia eletrônica ou ambos, conforme disponibilidade;
- 6.2.3. O DH transferirá o conhecimento básico de manutenção à CONCESSIONÁRIA através de reuniões técnicas e treinamento de empregados qualificados indicados pela CONCESSIONÁRIA, que terão a responsabilidade de capacitar os demais empregados da CONCESSIONÁRIA. O treinamento será ministrado em língua portuguesa;
- 6.2.4. O conhecimento, baseado nos manuais de manutenção dos fornecedores de propriedade do DH, será transferido de forma a orientar/treinar os empregados indicados pela CONCESSIONÁRIA quanto à manutenção dos equipamentos em si. A

organização ou a aplicação de estratégias de manutenção deverão ser definidas pela CONCESSIONÁRIA;

- 6.2.5. Respeitando o prazo definido, a CONCESSIONÁRIA poderá propor cronograma de execução dos treinamentos. Nesse período, serão realizados os treinamentos teóricos e treinamentos práticos nos ativos operacionais.

### **6.3. Treinamento em campo**

- 6.3.1. Esta atividade ocorrerá durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir do início da FASE DE TRANSIÇÃO, envolvendo todas as atividades necessárias à qualificação dos empregados indicados pela CONCESSIONÁRIA para recebimento do treinamento em campo;
- 6.3.2. A CONCESSIONÁRIA deverá ter admitido todo o efetivo que julgar necessário, antes do início desta fase de treinamento, de forma a ter todo o quadro de pessoal recém-admitido apto para o treinamento em campo no início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA;
- 6.3.3. No período de treinamento em campo a CONCESSIONÁRIA acompanha a manutenção do DH, *pari passu*, treinando seu pessoal e tomando conhecimento sobre como se executa a “carteira de serviços” (tarefas de manutenção e programação).
- 6.3.4. Neste período, a CONCESSIONÁRIA toma conhecimento da “carteira de serviços” atual e insere as informações pertinentes no seu Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção, no último dia deste período, independentemente de o sistema ter sido homologado.
- 6.3.5. Neste período, caberá à CONCESSIONÁRIA realizar o reconhecimento de todas as instalações, avaliando as condições existentes para a manutenção de sistemas e equipamentos.

### **6.4. Transferência/Monitoramento**

- 6.4.1. Este período de 90 (noventa) dias contados a partir do início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, envolverá a supervisão por parte do DH das atividades de manutenção dos sistemas (preventiva, corretiva e de restabelecimento) que passam a ser executadas pela CONCESSIONÁRIA, recebendo e se responsabilizando pela execução de todos os serviços necessários para a execução das atividades de manutenção dos sistemas, com aplicação dos materiais necessários.
- 6.4.2. Nos primeiros 45 (quarenta e cinco) dias da supervisão, a manutenção será assistida pelo DH, que manterá técnicos para acompanhamento das equipes de manutenção da CONCESSIONÁRIA, *pari passu*, para auxiliar e orientar, quando necessário, na execução das atividades de manutenção. Nos 45 (quarenta e cinco) dias restantes, a supervisão estará disponível nas Oficinas do DH, durante o período integral nos horários de pico e manutenção noturna, para atendimento das demandas.
- 6.4.3. No decorrer deste período de transição, com duração de 90 (noventa) dias, deverão ser efetivadas todas as transferências previstas de recursos de manutenção.

## **6.5. Treinamento aplicado pela CONCESSIONÁRIA**

- ~~6.5.1.~~ A CONCESSIONÁRIA deverá ter admitido todo o efetivo que julgar necessário antes do início desta fase de treinamento, de forma a ter todo o quadro de pessoal recém-admitido apto para atuação até o fim da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA.
- 6.5.2. Esta atividade ocorrerá durante o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA. Nesta etapa a CONCESSIONÁRIA treinará seu pessoal operativo envolvendo todas as atividades necessárias à operação.
- 6.5.3. Neste período, a CONCESSIONÁRIA toma conhecimento da operação do DH, desenvolve o próprio SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DE OPERAÇÃO e insere as informações pertinentes, até o último dia deste período, independentemente de o sistema ter sido homologado.

## **7. Equipamentos**

**6.6.** Equipamentos e infraestrutura de informática de gestão

- 6.6.1. Os equipamentos e a infraestrutura de informática de gestão instalados em uso pelo DH deverão permanecer durante toda a fase de TRANSIÇÃO OPERACIONAL, nos postos onde houver empregados do DH. Nos postos onde os empregados do DH forem retirados antes de serem completados os 180 (cento e oitenta) dias, os microcomputadores destes postos serão removidos.
- 6.6.2. Durante este período, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar a instalação de sua própria infraestrutura de informática.